

## 1. Documento: 25808-2022-24

### 1.1. Dados do Protocolo

**Número:** 25808/2022

**Situação:** Ativo

**Tipo Documento:** Pregão

**Assunto:** Licitação

**Unidade Protocoladora:** SAC - SECAO DE APOIO A CONTRATACOES

**Data de Entrada:** 13/07/2022

**Localização Atual:** SAC - SECAO DE APOIO A CONTRATACOES

**Cadastrado pelo usuário:** FRANCIAR

**Data de Inclusão:** 08/08/2022 11:34

**Descrição:** PE-12-2022 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais para os magistrados, servidores e colaboradores do TRT-MG, mediante demanda

### 1.2. Dados do Documento

**Número:** 25808-2022-24

**Nome:** Considerações da Pregoeira.pdf

**Incluído Por:** SECAO DE LICITACOES E CONTRATACOES DIRETAS

**Cadastrado pelo Usuário:** GRAZIELL

**Data de Inclusão:** 02/08/2022 18:46

**Descrição:** Despacho à demandante com considerações da pregoeira

### 1.3. Assinaturas no documento

Assinador/Autenticador	Tipo	Data
GRAZIELLA MELGACO PIRES FURTADO DE	Login e Senha	02/08/2022 18:46

---

**Documento Gerado em 08/08/2022 12:05:29**

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
Secretaria de Licitações e Contratos

E-PAD: 25.808/2022

Belo Horizonte, 02 de agosto de 2022

**Ref.: PE 12/2022** – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais para os magistrados, servidores e colaboradores do TRT-MG, mediante demanda.

Sr. Diretor-Geral,

A presente licitação foi aberta em 27/07/2022, tendo acudido ao certame 18 (dezoito) empresas, conforme histórico constante do doc. 25808-2022-23.

Em 28/07/2022, a empresa primeira classificada, *V&P Serviços de Viagens Ltda*, foi inabilitada em razão de não ter comprovado o atendimento a todos os requisitos de qualificação técnica elencados no instrumento convocatório, mais especificamente, por ter deixado de apresentar a declaração exigida no item 7.9.3., qual seja:

*“7.9.3. apresentar no mínimo uma declaração expedida por companhia aérea legalmente estabelecida no País, de que é autorizada a comercializar passagens em seu nome.”*

A licitante, no caso, apresentou declarações das companhias aéreas em nome de uma terceira empresa, de nome *Confiança Agência de Passagens e Turismo Ltda*, esta sim credenciada diretamente junto às aéreas.

Segundo consta da documentação apresentada pela empresa *V&P*, existe entre ela e a empresa denominada *Confiança*, um contrato em que a primeira figura como “consolidada” e a segunda como “consolidadora”. Por meio de tal instrumento, a consolidadora transfere à consolidada poderes para a comercialização dos serviços a que está autorizada, dentre eles a emissão de bilhetes aéreos nacionais e internacionais das diversas companhias às quais está vinculada.

Considerando que o edital exige que a licitante apresente declaração de que tem autorização para comercializar as passagens aéreas, emitida diretamente pelas companhias aéreas, vedada a participação de intermediárias, a empresa foi inabilitada;

Em seguida à inabilitação de *V&P Serviços de Viagens Ltda*, a segunda classificada no certame, *Koa Turismo e Intercâmbio Ltda*, foi convocada a apresentar proposta. A documentação referente à qualificação técnica desta empresa foi



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**Secretaria de Licitações e Contratos**

submetida à apreciação da unidade técnica em 28/07/2022, conforme doc. 25808-2022-22, estando a sessão, desde então, suspensa.

Verificando a documentação de qualificação técnica apresentada pela empresa *Koa Turismo*, segunda classificada, esta pregoeira notou que a mesma situação se repete, sendo que a licitante, mais uma vez, figura como consolidada, mantendo contrato com a *CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.*, que atua como consolidadora. Em razão disso, também não apresentou a declaração expedida por companhia aérea, de que é autorizada a comercializar passagens em seu nome, uma vez que, quem tem esta autorização direta das aéreas é a consolidadora.

Por ocasião do envio da proposta ajustada, o representante legal da empresa *Koa Turismo* alertou esta pregoeira que a declaração exigida no item 7.9.3. do edital só seria conseguida diretamente junto às aéreas por empresas possuidoras do IATA, o que contraria jurisprudência do TCU, no sentido de que não devem ser inseridas nos editais cláusulas restritivas à competitividade do certame.

IATA é a sigla para Associação Internacional de Transportes Aéreos (em inglês *International Air Transport Association*). Dentre suas diversas atribuições, “a agência internacional possui um papel importante na regulamentação da venda de passagens aéreas. Para uma empresa de turismo poder comercializar passagens diretamente ao consumidor, sem intermediários, ela precisa ter o registro na associação internacional” (Fonte: <https://loglifelogistica.com.br/sem-categoria/o-que-e-a-iata/>).

Diante da alegação do licitante, a pregoeira, então, pesquisou e diligenciou no sentido de se inteirar sobre o tema, que até então, lhe era desconhecido.

Há, de fato, abundante jurisprudência do Tribunal de Contas da União no sentido da ilegalidade de exigência do IATA (Acórdãos 1677/2006, 1766/2006, 1285/2011 e 3360/2015, todos do Plenário).

Cumprе ressaltar que o edital do PE 12/2022 não traz em seu bojo a exigência de associação à IATA, mas tão somente da mencionada “*declaração expedida por companhia aérea legalmente estabelecida no País, de que é autorizada a comercializar passagens em seu nome*”.

Ocorre que o posicionamento do TCU é no sentido de que a exigência deste tipo de declaração também restringe a competitividade do certame, por vetar a participação de empresas consolidadas, senão vejamos:

**ACÓRDÃO 171/2007 – TCU – 1ª CÂMARA**

**Sumário:** REPRESENTAÇÃO DE LICITANTE. TOMADA DE PREÇOS. FORNECIMENTO DE PASSAGENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
Secretaria de Licitações e Contratos

REMESSA DE ENCOMENDAS. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. AUDIÊNCIAS. REJEIÇÃO DAS JUSTIFICATIVAS DE ALGUNS RESPONSÁVEIS E ACOLHIMENTO DAS DE OUTROS. MULTA. AUTORIZAÇÃO PARA COBRANÇA JUDICIAL DAS DÍVIDAS. DETERMINAÇÕES, REMESSA DE CÓPIAS DO ACÓRDÃO, BEM COMO DO RELATÓRIO E VOTO QUE O FUNDAMENTAM. APENSAMENTO.

1) É irregular o agrupamento, em um mesmo lote a ser licitado, de objetos divisíveis, haja vista o disposto no art. 23, § 1º, da Lei 8.666/93 e na Súmula 247 do TCU.

**2) É ilegal a previsão, no instrumento convocatório, de condições que restrinjam o caráter competitivo do certame, nos termos do inc. I do § 1º do art. 3º da Lei 8.666/93, a exemplo da exigência de apresentação de atestados das empresas aéreas em nome da licitante, inibidora da participação de agências de viagens consolidadas.**

(...)

### III - CONCLUSÃO

**38. A partir da análise das informações contidas nos autos, observou-se que os itens 5.3.2, 1.1 e 9.2 do Edital relativo à Tomada de Preços 001/2000 acabaram por violar o art. 3º, §1º, inciso I da Lei 8.666/93, na medida em que foram incluídas no ato convocatório condições que restringiram o caráter competitivo do certame, quais sejam: exigência da apresentação, por parte dos licitantes, de declarações de, no mínimo, três concessionárias de transporte aéreo nacional com as quais mantenha relação comercial (item 5.3.2 do edital) e licitação de passagens aéreas e transporte de encomendas conjuntamente, utilizando um único critério para julgamento das propostas - o maior percentual de desconto sobre o valor das comissões das empresas. A referida alegação encontra suporte ainda no fato de que houve um reduzido número de empresas que participaram do certame, apenas 5, tendo sido uma inclusive desclassificada.**

### VOTO

**5. Quanto à exigência da apresentação, por parte dos licitantes, de declarações de, no mínimo, três concessionárias de transporte aéreo nacional com as quais mantenha relação comercial, restou claro seu efeito restritivo à competitividade da licitação, haja vista o impedimento da participação das agências de viagens consolidadas.** A alegação de que a BSB Viagens e Turismo não se haveria manifestado a respeito de tal condição (fls. 212, v.1) não procede, haja vista a impugnação por ela apresentada e objeto de análise pelo DPRF (vide fls. 43/8 e 53/5, v.p.). Busca-se, também, justificar a exigência argumentando que a CPL deste Tribunal também já haveria mantido condição semelhante (fls. 254, v.1). No entanto, além de não se fazer prova dessa assertiva, **reconhece-se que a comissão de licitações desta Casa haveria, ao mesmo tempo em que susteve a exigência, “admitido as declarações em nome da consolidadora”, contrariamente ao DPRF que, ao que se depreende dos autos, não acatou documentos em tal circunstância.** - GRIFAMOS



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
Secretaria de Licitações e Contratos

**ACÓRDÃO 3360/2015 – TCU – PLENÁRIO**

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. POSSÍVEL RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO PREGÃO PRESENCIAL 10/2015. OITIVA PRÉVIA. CONCESSÃO DE CAUTELAR PARA SUSPENSÃO DO CERTAME. OITIVAS. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. INSUBSISTÊNCIA DA MEDIDA CAUTELAR. CIÊNCIA. ARQUIVAMENTO.

(...)

21.3. Com relação ao pregão eletrônico 68/2015 do TCU (ata na peça 23), apontado como paradigma pela Apex-Brasil, por ter replicado o critério alternativo de registro na lata ou comprovação de crédito direto junto às companhias aéreas, cabe tecer algumas considerações.

21.4. Essa licitação tem como objeto a 'contratação de serviço de natureza continuada, por intermédio de operadora ou agência de viagens, para cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais'. A sessão foi realizada no dia 4/9/2015 e contou com a participação de vinte empresas, o que, em tese, indica não ter havido prejuízo à competitividade. Há que se assinalar, contudo, que o objeto naquele certame consiste apenas na emissão de passagens aéreas.

(...)

21.6. Dessa forma, a exigência alternativa de registro na lata ou comprovação de crédito direto junto às companhias aéreas pode, considerando a abrangência de todo o objeto do certame, de fato, resultar em restrição à competitividade, uma vez que o mercado de agências capazes de atender ao objeto por si só é mais restrito que o universo de agências intermediadoras somente de passagens.

21.7. Com o intuito de mitigar essa restrição, sem que resulte na insegurança quanto à eventual inexecução da prestação dos serviços, poderia a administração exigir da futura contratada, além da garantia prevista no art. 31, III, da Lei 8.666/1993, que, durante toda a vigência do contrato, comprove sua vinculação à agência consolidadora, sob pena de rescisão contratual.

21.8. Especificamente em relação ao certame do TCU, em que pese não se ter constatado prejuízo à competitividade, não restou afastado o seu risco potencial atrelado à exigência indevida, razão pela qual se conclui que, quando da análise de mérito, seja avaliada a possibilidade de dar ciência à Secretaria Geral de Administração do Tribunal a respeito desse fato.

**28. Neste sentido, propõe-se dar ciência à Secretaria Geral de Administração do TCU (Segedam) acerca das impropriedades verificadas nos itens 36.4 e 36.5 do edital do Pregão Eletrônico TCU 68/2015, quais sejam, exigência de registro da licitante perante a Internacional Air Transport Association (lata), e de declaração de que a licitante é possuidora de crédito perante as companhias aéreas, vetando a participação de agências consolidadas, em desconformidade com a jurisprudência desta Corte (Acórdãos 1.677/2006, 1.766/2006 e 1.285/2011, todos do Plenário, e 171/2007-1ª Câmara).** - GRIFAMOS



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**Secretaria de Licitações e Contratos**

Ante o exposto, diante do potencial risco de restrição à competitividade do certame, pela exigência da declaração constante do item 7.9.3. do edital do PE 12/2022, submeto os autos à apreciação da Diretoria-Geral, unidade demandante da presente licitação, sugerindo a revisão da referida cláusula, com a consequente republicação do edital e reabertura do prazo para apresentação de propostas.

Atenciosamente.

**Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça**  
**Pregoeira**